



CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 012/2023

EDITAL DE APOIO A REALIZA O DE MOSTRAS COMPETITIVAS DE FANFARRAS E BANDAS MARCIAIS NO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Anexo a descri o das políticas afirmativas, das medidas de acessibilidade e de democratiza o do acesso a serem implementadas nos editais de fomento da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar n.º 195/2022) relativas   realiza o e produ o de projetos de festivais inéditos e não inéditos.

1.1.1. O disposto neste anexo observa o que está previsto no Art. 8º, §7º da Lei Complementar n.º 195/2022, no art. 15 do Decreto Federal n.º 11.453/2023 e no que tange às Políticas Afirmativas e de Acessibilidade nos Capítulo VII, Capítulo VIII e Capítulo IX do Decreto Federal n.º 11.525/2023.

2. DA DIVERSIDADE NOS PROJETOS

2.1. A pontua o obtida na fase de Análise Técnica e de Mérito será acrescida de 10 (dez) pontos adicionais, até o limite de 20 (vinte) pontos totais, caso o projeto se enquadre em ampla concorrência e expressamente o declare, sob as penas da lei:

2.1.1. Ter a maioria de sua equipe composta por pessoas que se enquadram nas categorias explicitadas no item 2.2.

- 2.1.2. Direcionar a Contrapartida Social aos grupos indicados no item 3.2, relacionados no Anexo V - CONTRAPARTIDA SOCIAL deste Edital.
- 2.2. Serão considerados os seguintes grupos sociais para a induo de nota:
 - 2.2.1. Mulheres;
 - 2.2.2. Pessoas negras (pretas e pardas);
 - 2.2.3. Pessoas integrantes ou oriundas de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de terreiro, povos ciganos, benzedeiros, caiçaras, faxinalenses e outras comunidades e povos tradicionais;
 - 2.2.4. Assentados e moradores de ocupaoes rurais e urbanas;
 - 2.2.5. Pessoas LGBTQIAP+;
 - 2.2.6. Egressos do sistema prisional brasileiro;
 - 2.2.7. Pessoas com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual assim como outras deficiências ocultas;
 - 2.2.8. Pessoas idosas (60 anos ou mais);
 - 2.2.9. Pessoas migrantes e refugiadas;
 - 2.2.10. Pessoas de baixa renda – Serão consideradas pessoas de baixa renda aquelas oriundas de fmlias com renda mensal por pessoa (renda per capita) de até metade do Piso Salarial Regional do estado do Paraná.
- 2.3. Conforme estabelecido no Art. 16,  1. inciso IV do Decreto Federal n. 11.525/2023, os editais com recursos oriundos da Lei Complementar n. 195/2022 deverão prever uma reserva de vagas de 20% (vinte por cento) para projetos e aoes apresentados por pessoas negras, bem como uma reserva de vagas de 10% (dez por cento) para projetos e aoes propostos por pessoas indígenas.

- 2.3.1. Pessoas negras ou indígenas que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas   ampla concorrência.
- 2.3.1.1. O Agente Cultural que optar por concorrer a uma das cotas descritas no item 2.3 não receberá indu o de nota referente aos itens 2.2.2 e 2.2.3., podendo, todavia, receber indu o de nota referente aos itens 2.1.1, 2.1.2, e aos demais grupos sociais do item 2.2, caso aplicável.
- 2.3.2. O número de pessoas negras ou indígenas aprovadas nas vagas destinadas   ampla concorrência não será computado para fins de preenchimento das vagas destinadas às cotas de que trata o item 2.3;
- 2.3.3. Em caso de desistência de pessoa negra ou indígena aprovada em vaga reservada às cotas, a vaga será preenchida pela pessoa negra ou indígena classificada na posi o subsequente;
- 2.3.4. Na hipótese de não haver projetos aptos em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas remanescentes será destinado para a outra categoria de cotas; e
- 2.3.5. Na hipótese de, observado o disposto do item 3 do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital, o número de projetos permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, as vagas reservadas serão destinadas   ampla concorrência.

3. DA ACESSIBILIDADE

- 3.1. Os produtos resultantes dos editais de fomento da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar n.  195/2022) deverão oferecer recursos de acessibilidade (ajuda técnica e tecnologia assistiva) para permitir o

acesso com segurança e autonomia, total ou assistida, de pessoas com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual, assim como outras deficiências ocultas ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço, conforme aplicável.

3.1.1. Compreende-se por ajuda técnica:

- 3.1.1.1. Interpretao em libras (para pessoas surdas, não usuárias da língua portuguesa);
- 3.1.1.2. Libras tátil (para pessoas surdas cegas);
- 3.1.1.3. Oralizao e leitura labial (para pessoas surdas oralizadas);
- 3.1.1.4. Guias intérpretes (para pessoas surdas ou cegas);
- 3.1.1.5. Guias de cego, braile (para pessoas cegas);
- 3.1.1.6. Acessibilidade estrutural (banheiros especiais, reserva de espaços para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, como rampas, corrimões, pisos táteis, sinalizao em braille e libras);

3.1.2. Compreende-se por tecnologia assistiva:

- 3.1.2.1. Sistema de laço de induo (sistema de radiofrequência para o envio do som diretamente ao aparelho auditivo ou implante coclear);
- 3.1.2.2. Audiodescrio, legenda closed caption (para pessoas surdas usuárias de língua portuguesa);
- 3.1.2.3. Elevadores (para pessoas cadeirantes);
- 3.1.2.4. Estenotpia (transcrio do áudio ao vivo, para pessoas surdas usuárias de língua portuguesa).

3.1.3. Conforme disposto no Art. 15 do Decreto 11.525/2023, os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do projeto, assegurados, para

essa finalidade, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do projeto.

3.1.3.1. A obrigatoriedade de cumprimento da porcentagem referida no item 3.1.3 poderá ser excepcionalmente dispensada quando se enquadrar nos critérios do Art. 19,   1 , incisos I e II da Instru o Normativa do Ministério da Cultura n.  5/2023, a saber:

3.1.3.1.1. quando for inaplicável em razão das características do objeto cultural;

3.1.3.1.2. quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

4. DA DEMOCRATIZA O DO ACESSO

4.1. Os Agentes Culturais deverão considerar as seguintes diretrizes para promover a democratiza o do acesso aos bens culturais:

4.1.1. Recomenda-se a utiliza o de uma linguagem clara e de fácil compreensão, evitando o uso de termos técnicos ou jargões específicos para que a compreensão do conteúdo artístico seja democraticamente acessível, proporcionando aos públicos a fruic o independente de suas condi es sociais, sensoriais, cognitivas ou físicas.

4.1.2. Na realiza o das a es gratuitas das Mostras selecionadas, para fins de contrapartida social, deverá ser assegurada a acessibilidade de grupos com restri es e o direcionamento   rede de ensino da localidade.

4.1.3. Os proponentes podem disponibilizar também, de forma complementar, a es mediativas que ofereçam uma visão geral do conteúdo, facilitando o seu acesso e compreensão.



- 4.1.4. Recomenda-se a realiza o de atividades complementares, como debates, oficinas ou workshops, que possam promover a participa o e a intera o do público com os eventos, contribuindo para o enriquecimento cultural e a troca de experiências.